

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
FACULDADE DE ECONOMIA, ATUÁRIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE - FEAAC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

“UMA ANÁLISE DO MERCADO DE CRÉDITO DO CEARÁ”

MONOGRAFIA

Aluno: Alex Araújo

Orientador: Prof. Ivan Frota

FORTALEZA, 1995

“UMA ANÁLISE DO MERCADO DE CRÉDITO DO CEARÁ”

Alex Araújo

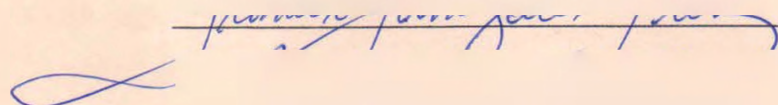
Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, como requisito parcial para obtenção da graduação no referido curso.

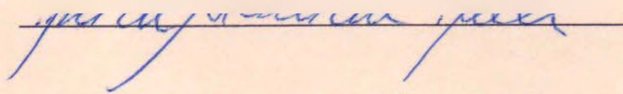
FORTALEZA-CE, 1995

“UMA ANÁLISE DO MERCADO DE CRÉDITO DO CEARÁ”

Alex Araújo

Parecer do Banca Examinadora:







Prof. Ivan Frota
Orientador

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. A GLOBALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO	4
2.1 - A Década de 80 e a Diplomacia do Dólar	5
2.2 - A Ruptura da Hegemonia Americana	6
2.3 - Os Efeitos da Terceira Revolução Industrial	7
3. O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	9
3.1 - O Sistema Financeiro Nacional pré 1964	9
3.2 - A Reforma do Sistema Financeiro de 1964/65	14
3.3 - A Estrutura Atual do Sistema Financeiro Nacional	15
4. O MERCADO DE CRÉDITO NO ESTADO DO CEARÁ	19
4.1 - Antecedentes Históricos - Economia Nordestina	19
4.2 - O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE	21
4.3 - A Estrutura do Setor Bancário no Estado do Ceará	23
4.4 - Operações Passivas do Setor no Ceará	25
4.5 - Operações Ativas do Setor no Ceará	29
5. CONCLUSÕES	35
6. ANEXOS	38
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICOS

1 - Estrutura Atual do Sistema Financeiro Nacional	18
2 - Formação do Capital Fixo do Setor Público	20
3 - Estrada Bruta de Recursos Federais no Nordeste	21
4 - Taxas de Crescimento da Rede Bancária - Brasil, Nordeste e Ceará	24
5 - Rede Bancária do Ceará	25
6 - Volumes Mensais de Operações de Crédito e Depósitos - Brasil	28
7 - Volumes Mensais de Operações de Crédito e Depósitos - Nordeste	28
8 - Volumes Mensais de Operações de Crédito e Depósitos - Ceará	29
9 - Operações de Crédito no Ceará - Evolução dos Saldos	30
10 - Relação Crédito Rural/Outros Financiamentos	30
11 - Composição Setorial do PIB Cearense	31
12 - Variação Absoluta Mensal da Rubrica "Financiamentos Totais"	33
13 - Relação "Depósitos Totais/Ops. Crédito" para o Brasil	34

TABELAS

1 - Demanda Estimada de Recursos para o Nordeste	22
2 - Rede Bancária do Ceará - Por Tipo de Instituição	23
3 - Captações de Depósitos da Rede Bancária do Ceará	26
4 - Incremento nas Captações de Depósitos da Rede Bancária do Ceará	26
5 - Composição da Rubrica "Financiamentos Totais"	31
6 - Depósitos e Operações de Crédito - Saldos Mensais	38
7 - Rede Bancária do Brasil, Nordeste e Ceará	39
8 - Composição Setorial do PIB Cearense	41
9 - Operações de Crédito - Ceará	41
10 - Variação do Volume de Depósitos do Brasil, Nordeste e Ceará	41
11 - Variação Percentual do Número de Agências Instaladas	42

1. INTRODUÇÃO

A função dos bancos em um sistema econômico já foi discutida por diversos autores, merecendo destaque os trabalhos de Gurley, Shaw e Goldsmith¹. As análises desses economistas encontram-se baseadas no pressuposto de que as instituições bancárias, através das operações de crédito, contribuem para o crescimento econômico, na medida em que fornecem para os agentes deficitários os recursos necessários, a partir de captações efetuadas junto a agentes com disponibilidade de capital. Assim, Jucá (1994:10) resume o pensamento de Raymond Goldsmith:

“A superestrutura financeira, na forma de ativos primários ou secundários acelera o crescimento econômico e melhora o desempenho da economia na proporção em que facilita a migração de fundos para seus melhores usos.”

De outro modo, a intermediação financeira e o desenvolvimento contínuo de novos mecanismo de financiamento à atividade produtiva, possuem um papel crucial no sistema econômico, à medida em que permite mitigar os riscos próprios do processo de captação de poupanças e concessão de empréstimos e por possibilitar uma maior flexibilidade de fontes e alternativas de utilização de recursos de forma eficiente, com efeitos positivos sobre a taxa de crescimento da economia.

¹ A esse respeito, JUCÁ (1994) faz um relato mais aprofundado, inclusive com críticas de economistas contemporâneos que questionam o posicionamento clássico, frente à realidade atual do mercado globalizado e com uma alta mobilidade de recursos.

Por outro lado, o desenvolvimento do mercado financeiro desencadeia uma série de efeitos macroeconômicos, sendo que os principais, são²:

- a. ganho de eficiência em termos de produção para um mesmo nível de formação de capital;
- b. incremento na formação bruta de capital através de maior incentivo à poupança individual;
- c. queda na taxa de juros e no custo de oportunidade do capital; e
- d. melhoria na distribuição de renda propiciada pelo funcionamento competitivo da intermediação financeira.

A proposta deste trabalho é de analisar o comportamento o setor de crédito a nível local, isto é, no âmbito do estado do Ceará, comparando seus indicadores com os do Brasil e da região Nordeste. É importante ressaltar que a análise comparativa do setor bancário ganha destaque na economia brasileira, uma vez que esse setor mostra uma relativa concentração de mercado³ e espacial, com uma considerável quantidade de matrizes instaladas na cidade de São Paulo.

Assim, este trabalho estará dividido em mais três capítulos discursivos e um de conclusões. No próximo capítulo será feita uma breve análise da evolução do sistema financeiro internacional, a partir da década de 70 com a crise do petróleo, que ocasionou

² CONTADOR (1982:11).

³ O Brasil possuía, ao final de 1994, 228 bancos comerciais, contra cerca de 11.000 instituições que os EUA possuem.

fortes mudanças no cenário internacional, criando novos mecanismos e instrumentos no mercado de crédito, como, por exemplo, o mercado de derivativos.

No terceiro capítulo, trataremos do Sistema Financeiro Nacional, analisando os elementos determinantes da reforma desse sistema, no período 1964/65, e do ajuste posterior, em 1988, com a criação dos Bancos Múltiplos. No quarto capítulo, tentaremos analisar a estrutura do setor bancário do Ceará, focalizando o mercado de crédito, e fazendo comparações com a estrutura do setor no Nordeste e no Brasil.

Finalmente, no quinto capítulo, teceremos alguns comentários conclusivos sobre a nossa análise, tentando fazer algumas previsões sobre o comportamento futuro do mercado de crédito em nosso Estado, diante da perspectiva da redução do nível de intervencionismo público no domínio econômico.

2. A GLOBALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

A crise econômica a nível mundial instalada no início da década de 70 e o primeiro choque do petróleo (em outubro de 73, seu preço quadruplica), forçou ao processamento, por todo mundo capitalista, de medidas de ajuste de cunho preferencialmente monetarista, com propósito de combater a inflação e realizar a equilíbrio do balanço de pagamentos com taxas de câmbio flutuantes.

As políticas de estabilização consistiam, na sua maioria, em ajustes de curto prazo, gerando mudanças bruscas na renda, no comércio internacional e no movimentos de capitais, prevalecendo a tendência à estagflação em grande parte dos países centrais.

No ponto de vista do balanço de pagamentos, tinha-se a crença de que a flutuação das taxas de câmbio e o fluxo internacional de capitais promoveria seu ajuste automático. Como essa hipótese não levava em consideração os rápidos movimentos do capital especulativo de curto prazo, seu resultado efetivo era oposto ao esperado.

Os EUA, então centro hegemônico do capitalismo internacional, praticam um política cambial onde se favorece a desvalorização lenta e contínua do dólar (beneficiando as exportações americanas, haja visto que a maioria dos preços internacionais são fixados em dólar) - de 1973 até 1978. Dessa forma, todos os países que mantinham relações comerciais com os EUA são atingidos, adotando-se a seguinte postura:

- a) nos países europeus, tomou-se como referencial o marco alemão;
- b) nos “tigres asiáticos”, houve um *mix* entre o dólar e o iene;
- c) nos demais países periféricos, houve uma escalada de maxidesvalorizações cambiais e aceleração inflacionária;
- d) na América Latina, em particular, há um aprofundamento do endividamento externo (via aumento de custos) e o rompimento do ciclo de crescimento.

Por outro lado, a inexistência de uma política industrial de longo prazo nos EUA, com seus investimentos em pesquisa voltados para a área militar, aliada ao aumento de competitividade (maior diversidade e maior qualidade) na produção internacional, levaram a negação do modelo de produção de massa, o principal pilar de sustentação de sua economia.

2.1 - A Década de 80 e a Diplomacia do Dólar

Diante da ameaça de quebra da hegemonia do dólar como moeda forte, efetuada pelo marco e pelo iene, o governo norte-americano, em 1978, eleva a taxa de juros para 8%, como forma de valorizar sua moeda. Seus efeitos começaram a ser percebidos a partir de 1983 com o crescimento de 3,6% no PNB/PIB americano (resultado da entrada de capitais e ampliação do déficit fiscal), colocando-o na posição de maior mercado nacional em expansão nessa década.

A política adotada pelos EUA permite um novo período de expansão para os países industrializados (83/85), avançando o processo de reestruturação industrial dos países centrais. Por outro lado, a globalização do mercado financeiro impõe sérios problemas de instabilidade cambial e financeira, com as seguintes respostas:

- a) Japão e NICs da Ásia: modernização industrial e maior produtividade;
- b) Alemanha: garante estabilidade aos demais países europeus, revigorando o sonho de integração econômica;
- c) Inglaterra: sua política excessivamente liberal resulta em “desindustrialização”.

A outra face da estratégia norte-americana, foi o seu declínio comercial, apresentado sucessivos déficits em balanço de pagamentos e o excessivo endividamento do Estado. Também merece destaque a excelente *performance* dos bancos japoneses, que se tornaram os mais importantes do mundo.

2.2 - A Ruptura da Hegemonia Americana

Se para os países periféricos, a crise da década de 70 levou a um longo período de ajuste, onde se agravaram as distorções sociais e pioraram as relações de troca centro/periferia, para o Japão e a Alemanha, a relação entre bancos privados e grandes empresas, associada ao poder de suas moedas, deram-lhe lugar de destaque na nova distribuição do mundo capitalista.

Em ambos os casos, a abundante liquidez, resultante dos superávites comerciais, serviram para incrementar a estrutura industrial existente, com adoção de políticas de longo alcance, além de possibilitarem a redução dos efeitos da política cambial americana aos países vizinhos.

No caso japonês, sua reestruturação se deu pela diversificação e conglomeração de grandes empresas em grupos fortemente ligados às instituições bancárias. O estabelecimento de um novo paradigma nas relações de produção, atendendo às necessidades de flexibilidade, produtividade e qualidade (*toyotismo*), adequando o mercado de trabalho às novas exigências tecnológicas, também contribuíram para sua maior competitividade no mercado internacional, ampliando suas pretensões em possuir uma indústria global.

A Alemanha, por sua vez, optou por um ajuste de longo prazo, apoiado no impulso exportador de sua indústria tecnologicamente competitiva e financeiramente sólida, contando com um banco central, o Bundesbank, autônomo e com um saldo elevado de divisas internacionais, que lhe permitiu desempenhar o papel de líder financeiro e industrial na proposta de integração europeia.

2.3 - Os Efeitos da Terceira Revolução Industrial

O movimento gerado pelas novas tendências da divisão do trabalho, onde se verifica maior ênfase para a produção flexível⁴ e para o uso intensivo da tecnologia como diferencial competitivo, é denominado de “Terceira Revolução Industrial”. Esse novo processo tem sido melhor administrado pela Alemanha, com sua opção por áreas de tecnologia de ponta (como equipamentos, instrumentos de precisão e química fina) e pelo Japão que, aliando flexibilidade e tecnologia, reestrutura o processo de produção.

É importante ressaltar que esse movimento consolida-se ao mesmo tempo que se dá a progressiva decadência do sistema industrial americano, acabando por gerar um movimento migratório de capitais japoneses e alemães para seu espaço geográfico, denominado de “transnacionalização para dentro”, quando comparado aos investimentos efetuados pelos americanos no exterior, no período pós-guerra.

Deve-se lembrar, ainda, que a opção pelo capitalismo organizado e regulado tomada pelo Japão e pela Alemanha, mostrou-se mais eficiente para o crescimento econômico do que a opção liberal adotada pelos EUA e pela Inglaterra, ameaçando romper com a hegemonia americana nas relações internacionais e do dólar como referencial de troca mundial.

Concluindo, o movimento de ajuste global nas economias centrais, provocaram mudanças profundas na economia mundial, centradas na reestruturação industrial e na internacionalização do mercado financeiro, enfraquecendo a funcionalidade das políticas econômicas adotadas em cada país e forçando à redefinição da política neoliberal de abertura irrestrita dos mercados.

Ademais, a incrível mobilidade dos capitais, decorrente do aumento da eficiência dos sistemas de telecomunicações e das facilidade do uso da microinformática, permitiram o surgimento de novos produtos e instrumentos financeiros, inovando nos mecanismos de

⁴O conceito de produção flexível surge em contraposição ao modelo fordista, no qual a rigidez de sua linha produtiva e sua excessiva especialização aliena o trabalhador do processo produtivo global e impede uma alocação mais maleável dos fatores.

transferência de risco. Dentre estes, situam-se os contratos futuros de taxas de juros e de divisas, as opções, os *swaps* de moedas e de ativos, e uma série de outras operações de futuros e de opções que permitem lastrear vários tipos de riscos.

Podemos incluir nessa categoria de transferência de riscos as inovações voltadas para permitir o repasse dos riscos existentes nas tradicionais operações de crédito. Esta categoria praticamente deu início a tendência de se criar empréstimos negociáveis, tais como as securitizações e os pacotes de créditos - amparados em cartas de crédito ou seguros que servem para garantir operações de crédito de difícil liquidez.

Outras inovações ampliaram a oferta de crédito existente no mercado, seja por intermédio da mobilização de ativos outrora inadequados para lastrear operações de crédito, seja através do apelo a novos e inexplorados investidores.

3. O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

3.1 - O Sistema Financeiro Nacional Pré 64⁵

Antes de 1964, o crescimento das instituições financeiras não somente se mostrou defasado em relação ao crescimento econômico global do Brasil, tal crescimento foi menor do que no período 1933-1963. Os ativos das instituições financeiras no Brasil representavam 70% do PIB em 1948. Em 1963, haviam caído para 55% do produto⁶. Nesse período, o financiamento das indústrias era realizado basicamente com o reinvestimento dos lucros; os intermediários financeiros forneciam capital de giro. Nesse cenário, a intermediação financeira não contribuía para financiar a formação de capital fixo.

Em 1965, somente 2,9% da poupança bruta foi intermediada pelo sistema financeiro nacional. Em outros países da América Latina, essa porcentagem era de 10 a 15%. Dito de outra forma, os setores carentes de recursos e que apresentavam atividades produtivas rentáveis não eram significativos no Brasil, requerendo-se relativamente pouco dos setores superavitários. Isso ocorria na medida em que o reinvestimento do lucro, investimento direto do capital externo, bancos comerciais, agências governamentais de crédito e gastos de capital do Governo eram suficientes para financiar o crescimento da economia, dado o seu estágio de substituição de importações. Havia então meios para que existisse uma

⁵ Grande parte das considerações aqui efetuadas estão baseadas em YOSHINO (1991).

⁶ YOSHINO (1991:3 e 150).

maior dependência da intermediação financeira. Porém, veremos que o fenômeno não se repetiu no período pós-64. No começo dos anos 50, o Sistema Financeiro Nacional era principalmente composto de bancos comerciais, do Banco do Brasil (uma combinação de banco comercial, banco central e banco de desenvolvimento), e por alguns bancos de poupança e de desenvolvimento governamental. Estas instituições forneciam a quase totalidade do crédito na economia.

Os empréstimos do Banco do Brasil aos setores público e privado aumentaram em termos reais durante os anos 50. Os bancos de poupança, que incluíam o sistema de seguro social, eram especializados em crédito imobiliário, enquanto os bancos de desenvolvimento financiavam investimentos em capital fixo de longo prazo. As demais instituições concediam créditos a prazos menores. No período 1948-1952, a inflação média anual foi de 11%. Nessa época, o processo de substituição de importações era dirigido para a produção de bens de consumo não-duráveis, que não reclamava investimentos ou créditos substanciais ao consumidor, implicando uma demanda reduzida por empréstimos. Nesse período, os bancos comerciais tiveram um cenário favorável à criação de uma reserva de mercado, devido aos seguintes fatores:

- controle do juro;
- inflação moderada;
- proteções via restrições à entrada dos competidores potenciais;
- monopólio de depósitos; e
- baixa demanda por crédito

Antes de 1964, havia duas importantes regulamentações que, junto com a inflação, condicionavam o Sistema Financeiro Nacional. A primeira delas era a da Usura (Decreto nº 22.626 de 1933), que proibia qualquer contrato que estabelecesse uma taxa nominal de juro superior a 12% ao ano (artigo 1.062 do Código Civil) ou o recebimento de taxas de comissões maiores do que as previstas na lei. O segundo decreto era o de nº 23.501 de 1933, que proibia os pagamentos que não os realizados em moeda nacional. Tais leis vetavam também o uso da correção monetária ou de moeda estrangeira, garantindo o monopólio da Autoridade Monetária na emissão da moeda a ser utilizada em transações no país. Esse tipo de regulamentação começou a revelar suas deficiências à medida que aumentava a inflação.

As instituições financeiras, com aplicações de médio e longo prazos e com captações a juros de curto prazo - que eram voláteis -, estavam sujeitas aos descasamentos de maturidades dos juros, e, portanto, incapacitadas de continuar operando nos níveis anteriores.

Os bancos de poupança e de desenvolvimento passaram a enfrentar escassez de fundos. Em consequência, em 1956, o BNDE foi autorizado a realizar empréstimos com correção monetária. Em 1962, pelos decretos nº 786, 787 e 1.120, foram introduzidas correções limitadas nos créditos imobiliários. Como a amortização dos empréstimos concedidos no passado declinou em termos reais, a reciclagem do volume de novos empréstimos foi reduzida. Num quadro de aceleração inflacionária, os empréstimos de longo prazo

tornaram-se escassos, especialmente nos programas de habitação. As instituições financeiras governamentais tornaram-se, assim, as fontes remanescentes para os financiamentos de longo prazo no período, subsidiando o tomador; o problema, aliás, persiste atualmente, onde as altas taxas de juros aplicadas nas operações com títulos do próprio governo, inibem investimentos voluntários na atividade produtiva.

O padrão de desenvolvimento brasileiro, pelo menos até 1962, foi reflexo parcial da industrialização baseada na substituição de importações. Nesse período, as taxas de crescimento industrial eram superiores e positivamente correlacionadas ao crescimento geral da economia brasileira. No começo dos anos 60, o Brasil já havia explorado muitas das possibilidades de substituição de importações; o setor industrial doméstico produzia quase todos os bens não-duráveis consumidos no país. O crescimento subsequente baseou-se nos mercados interno e exportador.

No começo dos anos 60, houve queda no investimento privado externo, exigindo-se mais da poupança doméstica para o financiamento da formação bruta de capital fixo. As taxas de inflação cresceram drasticamente. Encerrou-se a fase de substituição de importação de bens de consumo não-duráveis, iniciando-se a etapa de produção de bens de consumo durável e de capital, que implicava na necessidade de aumento, em volume e maturidade, do financiamento aos produtores, intermediários e consumidores. O fenômeno resultou no aumento da demanda por créditos de médio e longo prazos, com efeitos na intermediação financeira.

Como incidiam restrições ao pagamento de juro nos depósitos, esse aumento da demanda por crédito exigiu, como contrapartida, maiores volumes de captações, via competição por serviços oferecidos aos depositantes. Dada a Lei da Usura, os bancos comerciais não puderam aumentar as taxas de juros cobradas nos empréstimos, em face do aumento na demanda por crédito. Para contornar a regulamentação, os bancos exigiam reciprocidades, cobravam taxas de serviços etc. O mercado passou então a trabalhar com taxas de juros implícitas. A taxa real explícita era sempre negativa, mas a taxa nominal muitas vezes excedia o teto de 12% ao ano fixado pela Lei da Usura.

Nos anos 60, surgiram novos ativos financeiros e organizações especializadas na intermediação financeira - consórcios de crédito, fundos de empréstimos mútuos e mercados paralelos. Nesses mercados, as taxas de juros e os riscos eram elevados, tornando-se o segmento financeiro mais suscetível a falências e passível de provocar prejuízos à economia popular, exigindo a intervenção das autoridades monetárias.

Fenômeno semelhante ocorreu nos Estados Unidos, diante do *Regulation Q*. Enquanto os empréstimos bancários eram sujeitos ao teto no juro, fixado pela Lei da Usura, as Letras de Câmbio e os certificados de depósitos eram vendidos com desconto substancial. Com esses títulos, o custo dos empréstimos e o retorno ao investidor excediam o limite determinado pela legislação.

Por conseguinte, as experiências norte-americana e brasileira pré-64 mostram, acima de tudo, que a Lei da Usura contraria as forças de mercado. Isso significa que mediante

inovações financeiras, em termos de ativos e instituições, o mercado acaba encontrando formas de contornar uma regulamentação artificial, mas com custos sociais crescentes.

3.2 - A Reforma do Sistema Financeiro de 1964/65

A organização do Sistema Financeiro Nacional (SFN) efetuada no Governo Castello Branco a partir de 1964 (Leis 4.595/64 e 4.728/65), foi promovida no interior das reformas previstas pelo Programa de Ação do Governo de 1964-1966 (PAEG). Este cogitava não apenas combater a inflação, mas também levar adiante o desenvolvimento sócio-econômico do país, baseado na expansão dos mercados interno e exportador. O financiamento pretendido nessa nova fase seria obtido com a entrada de recursos externos, um mercado de capitais eficiente e um sistema financeiro organizado para a criação de um rico menu de ativos. Estas leis objetivavam a configuração de melhores condições para empréstimos em diversas maturidades para os setores público e privado, o aumento da poupança voluntária e a melhoria da sua eficiência alocativa. A reforma financeira de 1964 tinha como finalidade principal permitir a canalização da poupança para o longo prazo. Para isso, criou-se a correção monetária. Não obstante, esse objetivo foi atendido em parte apenas enquanto houve certa estabilidade. As reformas eram de caráter sócio-econômico (fiscal, agrícola e imobiliário) e instrumental (bancário e administrativo).

Na fase anterior de desenvolvimento, havia pouca necessidade da intermediação financeira. Já na etapa seguinte, de substituição de importações de bens de consumo

durável e de capital, com maiores coeficientes de capitais fixo e de giro por produto e por renda, aumentou substancialmente a demanda por financiamento industrial e por crédito ao consumidor.

O desafio das reformas do SFN de 1964/65 era o de construir mecanismos, instituições e um clima de estabilidade para a intermediação eficiente de recursos. O espírito que orientava essas reformas era o de desenvolver o país com estabilidade monetária, para evitar o risco de retrocessos prejudiciais ao desenvolvimento. Se alcançado de maneira saudável, sem grandes déficits orçamentários, em um ambiente de menores incertezas, e com reduzidas desvalorizações da moeda, o progresso poderia ser lento, mas sustentável no longo prazo.

Com inspiração no modelo norte-americano de bancos especializados, a reforma bancária de 64 também criou o Conselho Monetário Nacional - CMN, através da Lei 4.595, e um Banco Central sem muito poder de decisão, já que o CMN incluía os presidentes do Banco do Brasil e do BNDE, e os ministros da Indústria e Comércio e do Planejamento.

3.3 - A Estrutura Atual do SFN

A partir da segunda metade da década de 1960, ocorreu a reestruturação do setor bancário nacional. Em 1964 havia aproximadamente 300 bancos nacionais particulares e 8 bancos estrangeiros operando no Brasil (BRITO, 1983). O Governo então ofereceu

diversos incentivos fiscais para fusões no setor bancário, presumindo que as economias de escala seriam significativos para esse setor. Como resultados desses incentivos e de tendências gerais, o número de bancos nacionais particulares reduziu-se de 188, em 1968, para apenas 68, em 1978. Essa redução foi também seguida por uma tendência geral à conglomeração, fazendo com que um banco comercial típico fosse uma unidade central de um empreendimento que também envolve um banco de investimentos, uma corretora, uma companhia de seguros e outras unidades, oferecendo uma variedade completa de serviços financeiros relacionados.

A partir de 1988, o sistema financeiro brasileiro ingressou num período de grande transformação estrutural, na medida em que foi facilitado o acesso à atividade bancária. Além disso, como fruto do próprio desenvolvimento econômico, o mercado tornou-se muito mais exigente em termos de produtos financeiros, equipando as empresas com departamentos financeiros tão eficientes quanto os dos próprios bancos, forçando estes a assumirem uma postura mais ágil e flexível.

Conforme a sistemática em vigor até 1988, a atuação das instituições financeiras no Brasil dependeria da delimitação quantitativa das instituições em funcionamento e da aquisição de cartas patentes. Para quebrar com essa rigidez do setor e estimular a concorrência, o poder público, através da Resolução nº 1.524, do Banco Central do Brasil, regulamentou as atividades dos Bancos Múltiplos, como sendo pessoas jurídicas independentes, sob a forma de sociedades anônimas, que operem com pelo menos duas das seguintes carteiras:

Comercial, de Investimento, de Crédito Financiamento e Investimento, de Crédito Imobiliário e de Desenvolvimento.

Como requisitos adicionais, necessita-se do cumprimento de limites de capital mínimo (de acordo com as carteira que se deseja operar), de idoneidade e de competência comprovadas por parte dos administradores.

Em resumo, o Sistema Financeiro Nacional teve a estrutura atual definida a partir da reforma bancária iniciada em 1964, através de três leis que introduziram o modelo:

Lei 4.380 - institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social e institucionalizou o Sistema Financeiro de Habitação, hoje atribuição da CEF;

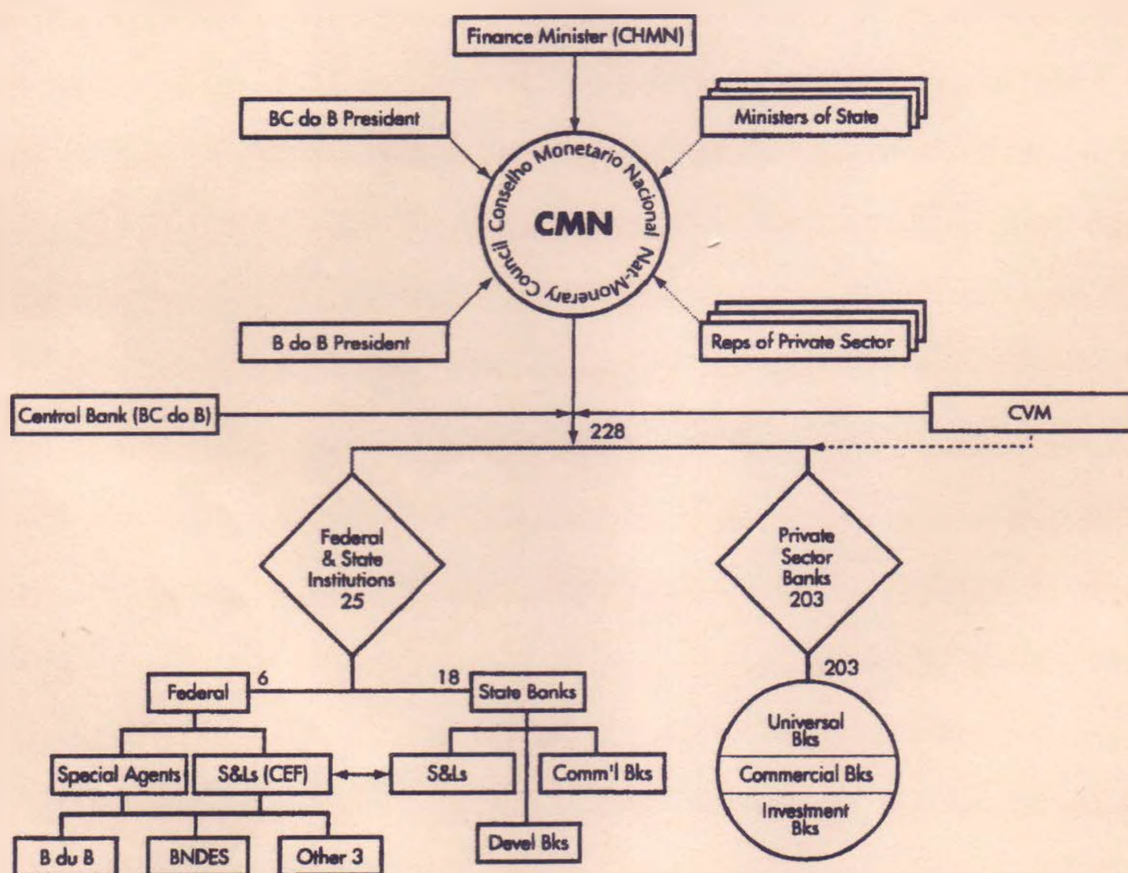
Lei 4.595 - estrutura o Sistema Financeiro Nacional, definindo áreas de atuação específicas e transformou a Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC no Banco Central do Brasil e no Conselho Monetário Nacional;

Lei 4.728 - disciplina o mercado de capitais. Em 1976, incorporou-se a esse conjunto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, criada pela Lei 6.385.

Como resultado deste quadro institucional, as instituições existentes que ocupam o cenário financeiro são: *Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil,*

Comissão de Valores Mobiliários, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Caixas Econômicas, Bancos Comerciais, Bancos de Investimentos, Distribuidoras, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, Sociedades de Crédito Imobiliário, Sociedades Corretoras, Bolsas de Valores, Sociedades de Arrendamento Mercantil e os Bancos Múltiplos.

Gráfico 1: Estrutura Atual do Sistema Financeiro Nacional



Fonte: Moody's Investor Service

4. O MERCADO DE CRÉDITO NO ESTADO DO CEARÁ

4.1 - Antecedentes Históricos - Economia Nordestina⁷

A estrutura da economia nordestina, desde o período da nossa colonização até o início deste século, esteve montada sobre a produção de bens primários para exportação⁸ como atividade principal e na atividade agropecuária de subsistência, como atividade complementar. O capital financeiro era fornecido pelos setores ligados à exportação (produção e comércio) e suas reversões eram efetuadas, preferencialmente, na atividade principal.

Pela característica de pouco dinamismo dessa estrutura, com forte dependência do setor exportador, pouca urbanização e com dificuldades de inserção no mercado nacional, a economia nordestina passa por um período de atrofiamento, que vai de meados do século XVIII ao final do século XIX, só retomando seu crescimento a partir de um novo surto exportador do algodão. Desse período até o início da década de 1960, a economia regional apresenta taxas de crescimento inferiores a do país⁹, que apresenta uma

⁷ Nossa intenção é fornecer aqui apenas um breve relato dos antecedentes históricos do processo de crescimento econômico do Nordeste e suas fontes de financiamento, uma análise mais aprofundada será encontrada em GUIMARÃES NETO (1989).

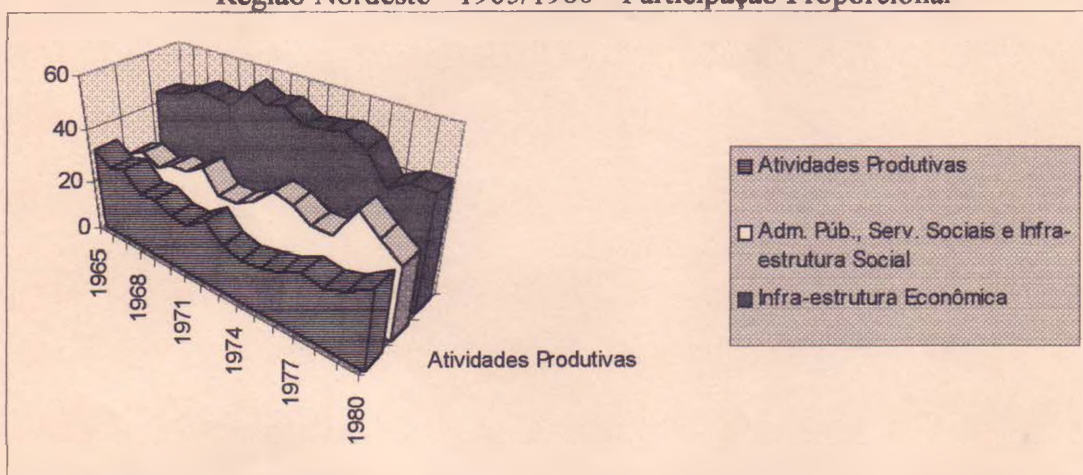
⁸ Principalmente o açúcar, o cacau e o algodão, em épocas distintas.

⁹ Como ilustração, a taxa de crescimento da indústria nordestina é de 3,7% ao ano, contra uma taxa anual 5,7% apresentada pelo Brasil, para o período de 1930 a 1960, conforme GUIMARÃES NETO (1989:88).

concentração na região Sudeste, sendo o estado de São Paulo o maior beneficiário desse crescimento.

A partir de 1950 o Governo Federal iniciou a reorientação da políticas públicas tentando reduzir as disparidades econômicas e sociais existentes entre as diversas regiões do país. No caso do Nordeste, em particular, essas políticas estiveram revestidas de grandes investimentos em infra-estrutura, incentivos fiscais e da criação de instituições de desenvolvimento, particularmente na área financeira, de irrigação e de eletricidade¹⁰, ou seja, o principal agente financiador passa a ser o próprio Governo Federal, haja visto a pequena capacidade de geração de poupança em uma região relativamente pobre.

Gráfico 2: Formação do Capital Fixo do Setor Público, segundo Área de Intervenção da Ação Governamental
Região Nordeste - 1965/1980 - Participação Proporcional

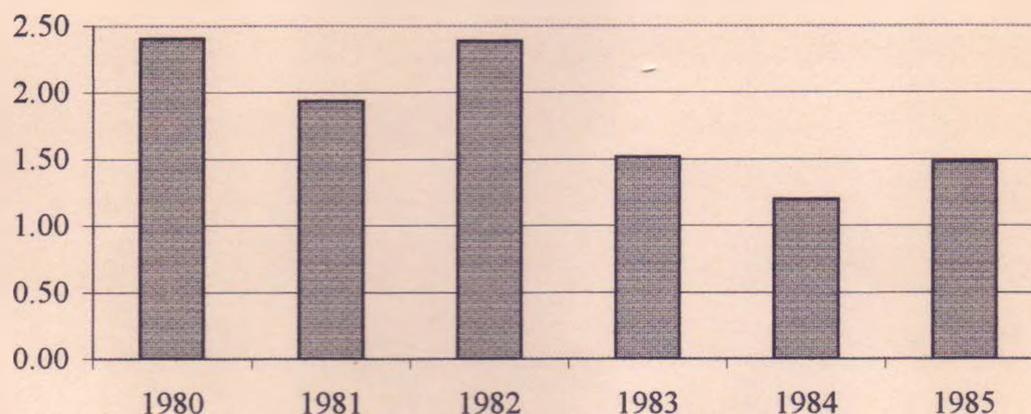


Fonte: SUDENE, In GUIMARÃES, 1989, tabela 45.

¹⁰ O Gráfico 2 mostra a distribuição dos recursos liberados pelo Poder Público, conforme suas áreas de interesse.

Para o período de 1980 a 1985, a entrada de recursos na Região, através da ação do Setor Público, começa a declinar (vide o Gráfico 3), devido principalmente a redução da atividade econômica verificada na década de 1980 combinada à adoção de políticas monetárias restritivas, onde imperou o uso de altas taxas de juros, diminuindo a capacidade de investimento do Governo, pelo aumento do custo da dívida pública.

Gráfico 3: Entrada Bruta de Recursos Federais no Nordeste
1980 - 1985 - (em US\$ bilhões)



Fonte: BNB-ETENE In OLIVEIRA (1990:24)

4.2 - O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

O FNE foi criado pela Constituição de 1988, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste através da execução de programas de financiamento aos setores produtivos. É constituído através da alocação de 1,8% do total arrecadado do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados.

A gestão do FNE é efetuada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)¹¹, que determina as condições de alocação dos recursos do Fundo, em função das prioridades do desenvolvimento regional, definidas em conjunto com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Conforme levantamento efetuado pelo BNB, os recursos aplicados no período de 1990-92 foram responsáveis pela geração de 586 mil oportunidades de empregos (diretos e indiretos), gerando renda de US\$ 1,87 bilhão.

Tabela 1: Demanda Estimada de Recursos para o Nordeste
1996 - 1999 (em US\$ milhões)

SETOR	DEMANDA ESTIMADA	PROPORÇÃO
<u>I. Primário</u>	<u>7.300</u>	<u>63,48 %</u>
Investimento	5.220	45,39 %
Custeio	2.080	18,09 %
<u>II. Secundário</u>	<u>3.450</u>	<u>30,00 %</u>
Investimento	2.970	25,83 %
Capital de Giro	480	4,17 %
<u>III. Terciário</u>	<u>750</u>	<u>6,52 %</u>
Turismo	750	6,52 %
TOTAL	11.500	100,00 %

Fonte: BNB ETENE.

Do total das necessidades estimadas para o Nordeste, em termos de investimentos, existe a possibilidade de que o FNE venha a suprir 35% desses recursos. Os ativos do Fundo somavam US\$ 2,0 bilhões, em junho de 1985, sendo que, no estado do Ceará as aplicações chegam a US\$ 350 milhões. A alocação dos recursos encontra-se dividida da seguinte forma: 8,0% em financiamentos agro-industriais; 46,7% em financiamentos

¹¹ O BNB é uma instituição financeira pública, ligada ao Governo Federal, servindo como órgão auxiliar na política da execução de crédito.

agrícolas; 30,0% em outros financiamentos; 2% de repasses aos bancos estaduais e; 13,3% de disponibilidades. A expectativa do BNB, considerando-se um cenário de estabilidade econômica, é que, até o ano 2000, o FNE receba um aporte anual médio de US\$ 1,0 bilhão.

4.3 - A Estrutura do Setor Bancário no Estado do Ceará

Conforme o relatório Balanço Anual - Ceará, da Gazeta Mercantil, o estado possui cinco bancos múltiplos ou comerciais¹² e uma empresa de *leasing*¹³. O ativo total dessas instituições supera os US\$ 6 bilhões, com depósitos totais de US\$ 1,4 bilhão e operações de crédito de US\$ 4,3 bilhões¹⁴. A rentabilidade desses bancos foi da ordem de 12,4% (lucro líquido sobre patrimônio líquido real) no ano de 1994.

Tabela 2: Rede Bancária do Ceará - Por Tipo de Instituição
Setembro de 1995.

Tipo da Instituição	Quantidade de Agências	Proporção
Banco do Brasil	114	30,16 %
Caixa Econômica Federal	51	13,49 %
Outros Bancos Públicos Federais	32	8,47 %
Bancos Comerciais	3	0,79 %
Bancos Múltiplos	178	47,09 %
Total de Agências no Estado	378	100,00 %

Fonte: Banco Central do Brasil

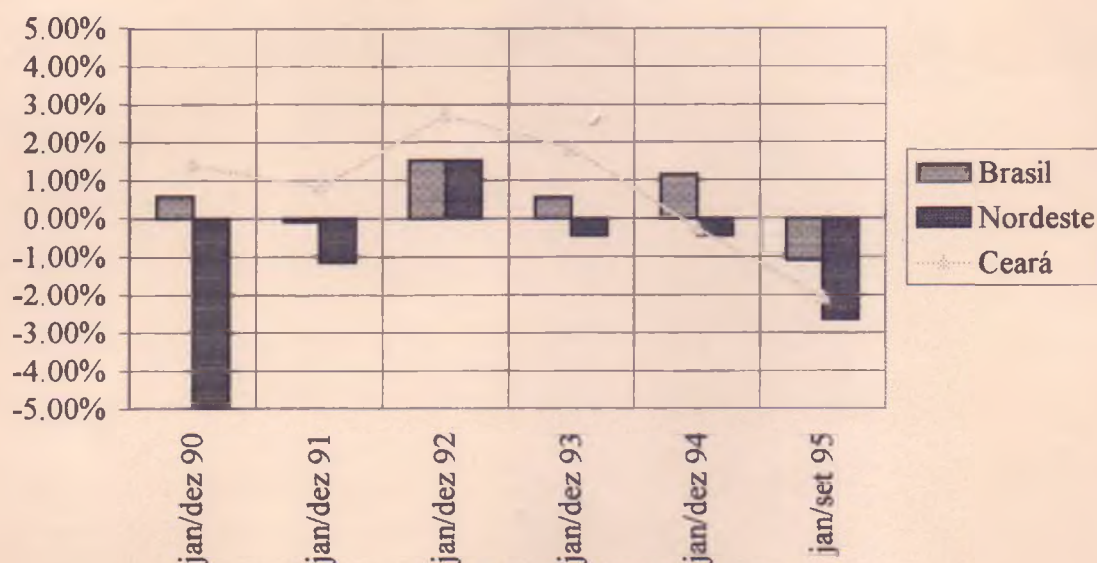
¹² Banco do Nordeste do Brasil S.A., Bicbanco, Banco do Estado do Ceará, Banfort e Domus.

¹³ Bic Leasing.

¹⁴ Dados de dezembro de 1994, conforme GAZETA MERCANTIL (1995:36)

Apesar de contar com um pequeno número de bancos sediados no Estado, a rede de agências representa 13,7% da rede de agências bancárias do Nordeste e 2,2% da rede nacional. Em setembro de 1995, conforme a distribuição apresentada na tabela 2.

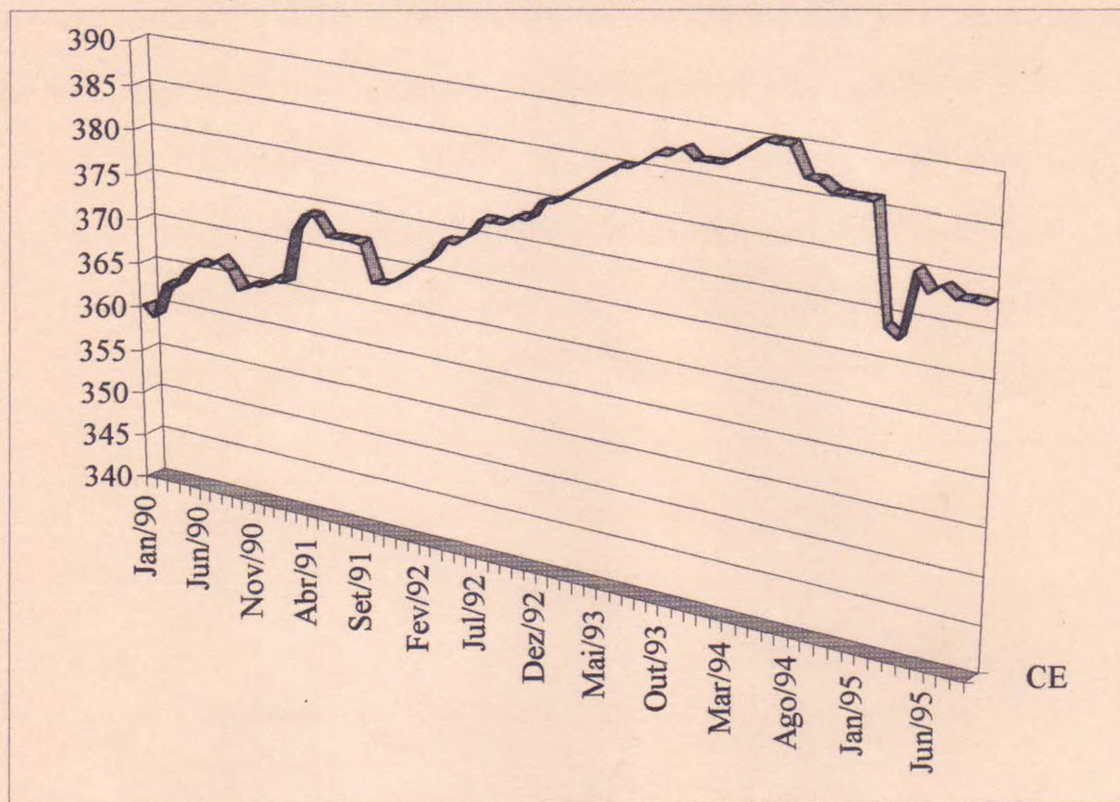
Gráfico 4: Taxas de Crescimento da Rede Bancária - Brasil, Nordeste e Ceará
Jan./1990 a Set./1995.



Fonte: Banco Central do Brasil.

O Gráfico 4 nos mostra que, durante o período de janeiro de 1990 a setembro de 1995, a quantidade de agências instaladas no Estado teve um aumento de 5,0%, contra um decréscimo de 7,7% no Nordeste e um aumento de 2,9% no Brasil. A variação mensal está destacada no Gráfico 5.

Gráfico 5: Rede Bancária do Ceará
janeiro/90 a setembro/95 - em quantidade de agências



Fonte: Banco Central do Brasil

4.4 - Operações Passivas do Setor Bancário no Ceará

O volume de depósitos captados através da rede bancária instalada no estado do Ceará sofreu um incremento da ordem de 141,7%¹⁵, no período de junho de 1990 a junho de 1995. Apesar de sua magnitude, esse número é inferior aos acréscimos verificados para o conjunto da rede bancária do Nordeste (168,1%) e do Brasil (185,6%).

¹⁵ Em dólares americanos.

As captações evoluíram de US\$ 895 milhões para US\$ 2.164 milhões devido ao aumento das captações com remuneração ao depositário (depósitos a prazo e poupança), implicando em maior custo de captação, conforme pode ser visto a seguir:

Tabela 3: Captações de Depósitos da Rede Bancária do Ceará
junho/90 a junho/95 - em US\$ milhões

	À VISTA	A PRAZO	POUPANÇA	OUTROS	TOTAL
Jun-90	325	193	61	316	895
Jun-91	187	535	84	72	879
Jun-92	172	514	109	60	855
Jun-93	115	683	164	146	1.108
Jun-94	118	888	243	128	1.377
Jun-95	261	1.382	435	85	2.164

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 4: Incremento nas Captações de Depósitos da Rede Bancária do Ceará
por tipo de depósito - junho/90 = 100

	À VISTA	A PRAZO	POUPANÇA	OUTROS	TOTAL
Jun-90	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Jun-91	57,5	277,1	137,8	22,9	98,2
Jun-92	52,9	266,1	177,5	19,1	95,5
Jun-93	35,3	353,9	268,1	46,3	123,8
Jun-94	36,3	459,9	396,8	40,6	153,8
Jun-95	80,4	715,7	711,3	26,8	241,7

Fonte: Banco Central do Brasil

Com relação à variação mensal do volume de captações, existe uma relação direta entre as variações verificadas no estado do Ceará e as medidas para o Brasil (Gráficos 6, 7 e 8).

Para nossos propósitos, podemos efetuar a análise em quatro períodos distintos:

- jan./90 a jan./93 - coincide com o período do governo Collor e o início do governo Itamar, com uma redução da atividade econômica de 5,0%; a situação macroeconômica não favoreceu à formação de poupança interna; no caso do

Ceará houve uma pequena redução no volume de captações, da ordem de 0,4% a.m.¹⁶;

- fev./93 a jan.94 - com uma leve recuperação da economia (o PIB nacional cresceu 4,1% no ano de 1993), as captações bancárias do Estado evoluíram a uma taxa de 0,7% a.m.;
- fev./94 a fev./95 - apesar da instabilidade dos preços existente no primeiro semestre de 1994, existe uma certa confiança no Plano Real¹⁷, principalmente a partir de julho de 94; nesse período, a taxa de crescimento mensal dos depósitos no Ceará é de 4,5% a.m., contra um crescimento da economia nacional de 5,7%;
- fev./95 a set./95 - o aumento do consumo ocorrido na segunda metade do ano de 94 e a forte expansão dos meios de pagamentos obrigaram o Governo a adotar uma postura mais conservadora no tocante a condução da política monetária. Como efeito nas captações bancárias do Estado, há uma redução de 0,1% a.m. na sua taxa de variação.

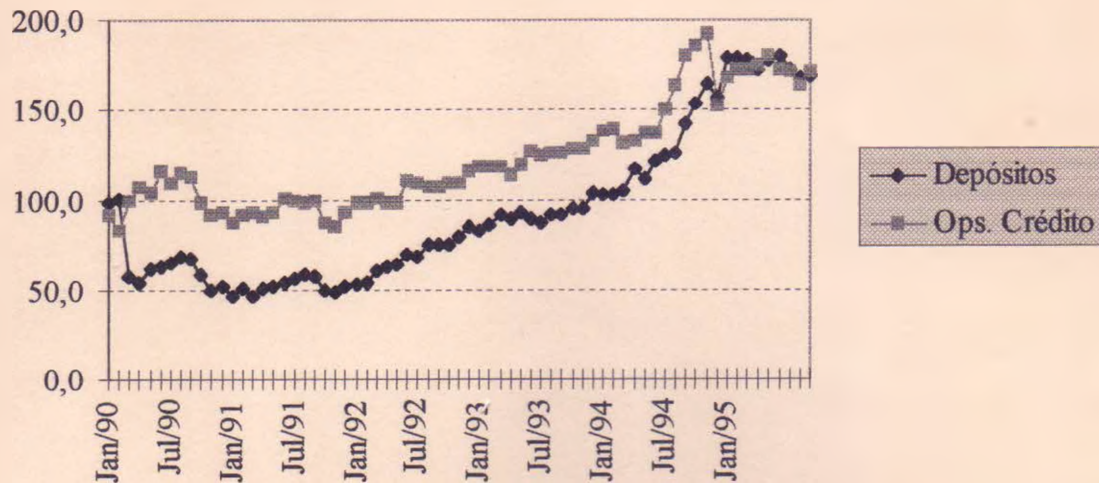
Para o futuro, estudos do Iplance indicam a possibilidade de crescimento da poupança global do Estado a uma taxa de 7,0% ao ano, até 1998, onde atingiria a cifra de US\$ 2,8 bilhões de dólares¹⁸.

¹⁶ Cálculos efetuados levando-se em consideração os valores em dólar.

¹⁷ A primeira fase do Plano Real começa a ser implementada entre dezembro de 93 a janeiro de 94; a introdução da nova moeda, o Real, só se daria em julho de 94, onde se tem uma redução drástica no nível de inflação mensal, que varia de 45,2%, em junho de 94, para 7,6% no mês de agosto desse ano, medida pelo IGP-M.

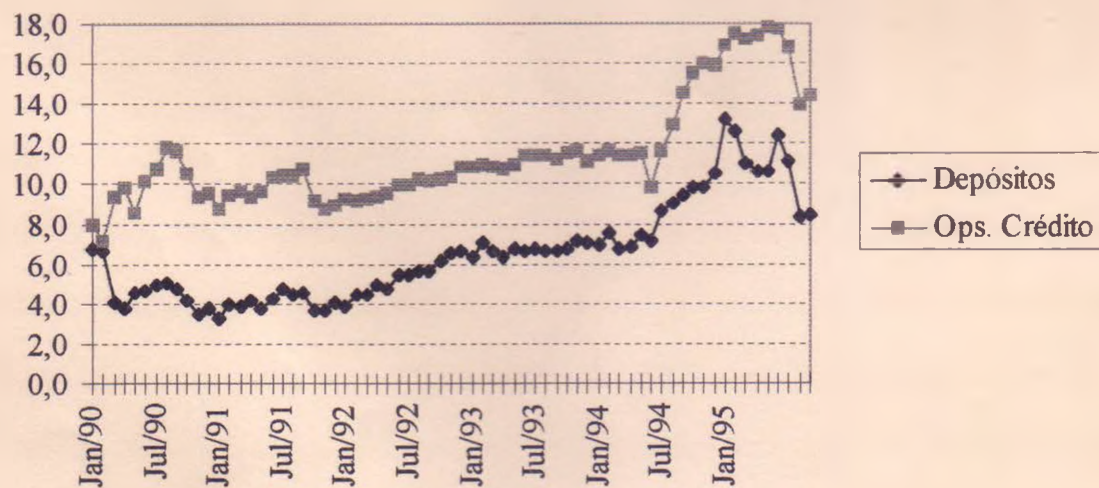
¹⁸ Conforme GAZETA MERCANTIL - BALANÇO ANUAL DO CEARÁ (1995:10).

Gráfico 6: Volumes Mensais de Operações de Crédito e Depósitos
Brasil - jan./90 a set./95 - em US\$ bilhões



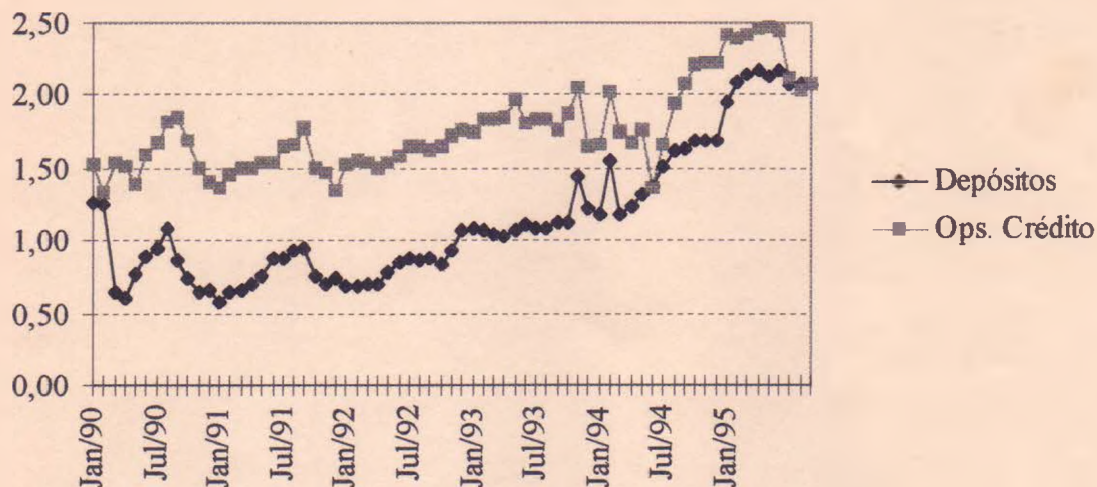
Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 7: Volumes Mensais de Operações de Crédito e Depósitos
Nordeste - jan./90 a set./95 - em US\$ bilhões



Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 8: Volumes Mensais de Operações de Crédito e Depósitos
Ceará - jan./90 a set./95 - em US\$ bilhões

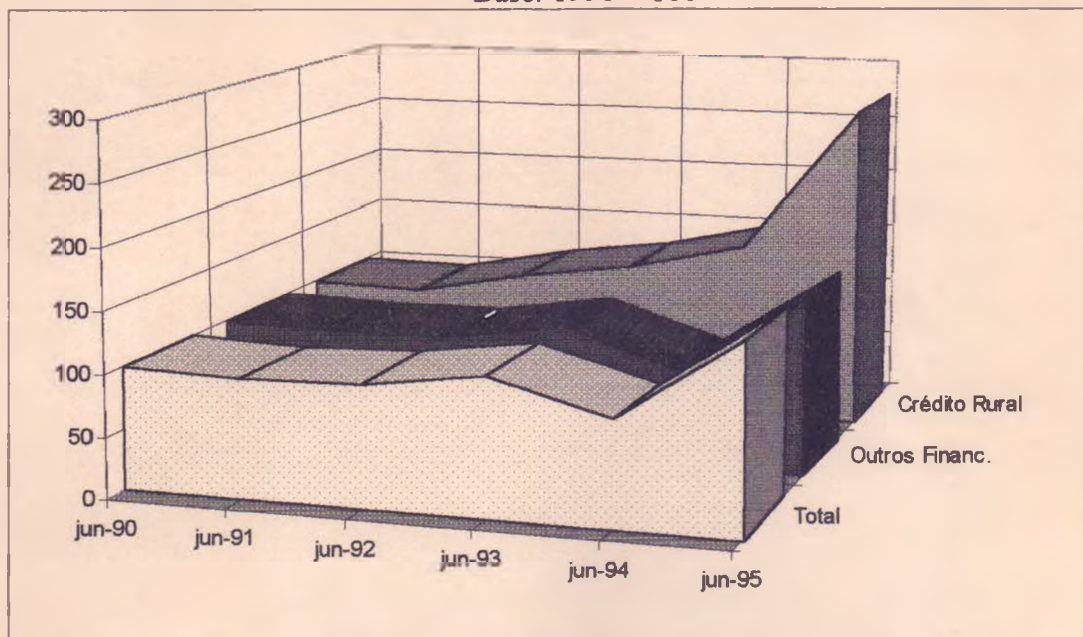


Fonte: Banco Central do Brasil

4.5 - Operações Ativas do Setor Bancário no Ceará

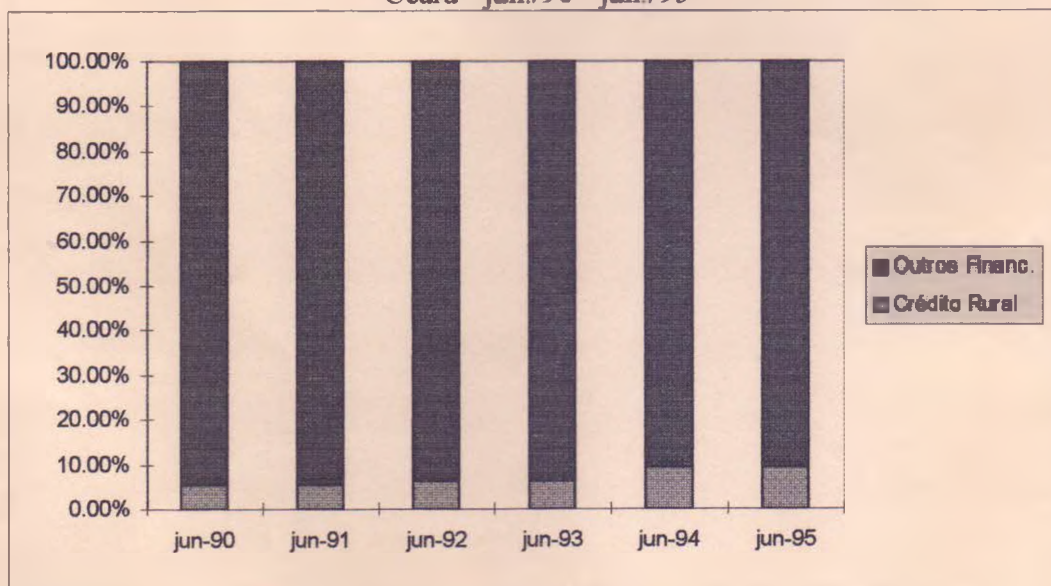
O saldo registrado na rubrica "Operações de Crédito" no conjunto das agências bancárias instaladas no Ceará em junho de 1995 é de US\$ 2,4 bilhões, sendo que 9,5% desse valor é formado pelo conjunto de operações do crédito rural. Esses saldos sofreram um incremento, desde junho de 1990, da ordem de 153% para os financiamentos totais e 173% nos financiamentos rurais, conforme pode ser visto nos gráficos 6, 7 e 8 e na tabela 5, onde temos comparação entre a região Nordeste, o Brasil e o Ceará, sendo relevante o fato de que, para este estado, a participação do crédito rural é inferior aos níveis verificados para o Brasil e o Nordeste.

Gráfico 9: Operações de Crédito no Ceará: Evolução dos Saldos
Base: 1990 = 100



Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 10: Relação Crédito Rural/Outros Financiamentos
Ceará - jun./90 - jun./95



Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 5: Composição da Rubrica “Financiamentos Totais”

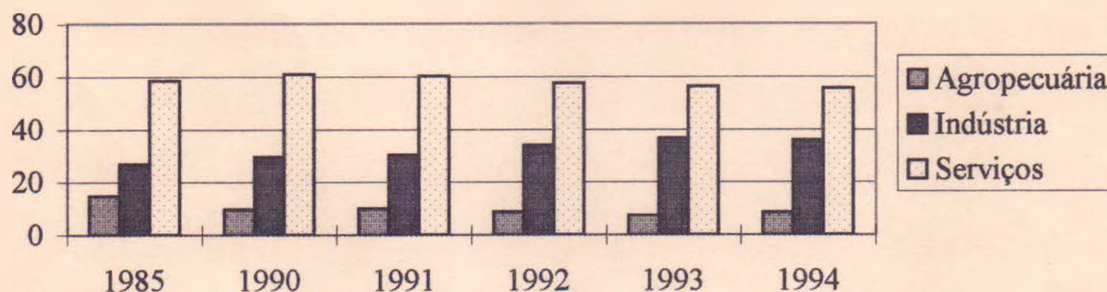
jun./90 a jun./95 - em participação percentual

Posição Balanço	BRASIL		NORDESTE		CEARÁ	
	Crédito Rural	Outros Financ.	Crédito Rural	Outros Financ.	Crédito Rural	Outros Financ.
jun-90	7.5%	92.5%	9.8%	90.2%	5.4%	94.6%
jun-91	7.6%	92.4%	10.5%	89.5%	5.4%	94.6%
jun-92	8.4%	91.6%	13.9%	86.1%	6.3%	93.7%
jun-93	7.9%	92.1%	12.5%	87.5%	6.2%	93.8%
jun-94	8.0%	92.0%	15.9%	84.1%	9.5%	90.5%
jun-95	11.4%	88.6%	15.6%	84.4%	9.5%	90.4%

Fonte: Banco Central do Brasil

Com relação à pequena participação dos financiamentos rurais no total dos financiamentos, vale ressaltar que o sistema econômico local está fortemente apoiado no setor de serviços, nos indicando que predominam os empréstimos de curto prazo. De fato, o crescimento da atividade de “agiotagem” ocorrida no segundo semestre do ano de 1994, em decorrência das restrições impostas pelo Banco Central ao crédito bancário, esteve concentrada na atividade comercial.

Gráfico 11: Composição Setorial do PIB Cearense - Participação Relativa %



Fonte: Iplance In Balanço Anual do Ceará, pág. 17

De acordo com o gráfico 11, a participação do setor de serviços na formação do PIB estadual é de 55,7%, contra 8,5% da agropecuária e 35,8% da atividade industrial, sendo que esta é a única que apresenta aumentos em sua participação ao longo do tempo.

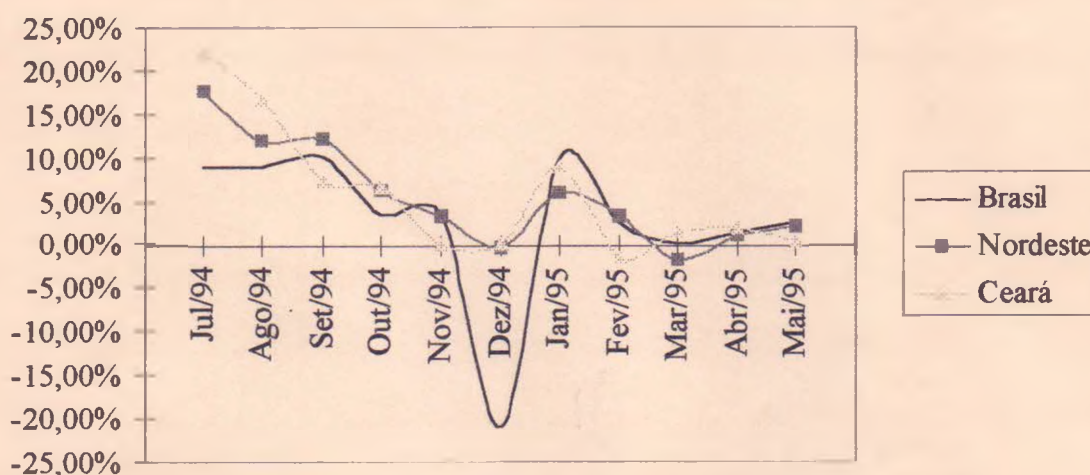
Conforme pode ser observado nos gráficos 6, 7 e 8, a tendência verificada para as mutações dos saldos mensais das operações de crédito segue a mesma disposição apresentada para o Brasil, onde podemos destacar a extrema volatilidade desses saldos, decorrente das constates políticas de restrições ao crédito, utilizadas com frequência nos últimos cinco anos. As únicas ocorrências em contrário são:

- entre abr./92 e mai./93: o movimento político que resultou no *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor forneceu um clima de relativa estabilidade política. Nesse período, o volume de operações de crédito no estado evoluiu a uma taxa média de 1,91% a.m., superior às médias de 1,41% a.m. do Brasil e 1,03% a.m. do Nordeste¹.
- entre jun./94 e jun./95: a introdução do Real como moeda, como a terceira fase do plano de estabilização que ocasionou uma redução drástica da taxa mensal de inflação, levou a um aumento do nível de consumo e do nível de endividamento de todos os agentes econômicos. Mesmo com os ajustes promovidos pelo Banco Central, através da elevação dos níveis de recolhimentos compulsórios sobre os depósitos e sobre os saldos de empréstimos além de outras medidas, houve um

¹ Apesar das taxas de crescimento inferiores, tanto o Brasil como o Nordeste apresentaram crescimento por um período muito mais longo, só mostrando sinais de inversão de tendência em junho de 1995.

incremento médio de 2,3% a.m. sobre esses saldos, no conjunto de todas as instituições bancárias brasileiras. Para a região Nordeste e o estado do Ceará, seu crescimento médio foi de 5,1% a.m. Podemos ter uma idéia da variação absoluta mensal no gráfico 12:

Gráfico 12: Variação Absoluta Mensal da Rubrica “Financiamentos Totais”
Jul./94 a mai./95 - em %

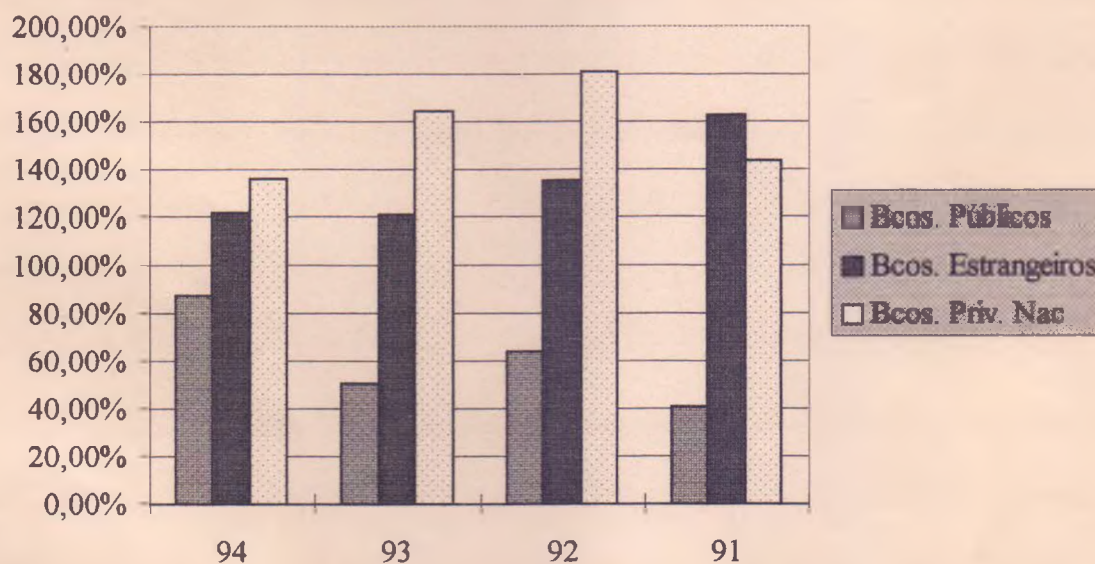


Fonte: Banco Central do Brasil

Outra análise que deve ser efetuada é com relação à capacidade de formação de poupança interna. No período analisado, o único mês onde verifica-se um volume maior de depósitos com relação às operações de crédito é no mês de agosto de 1995, onde esse *superávit* atinge o valor de US\$ 41 milhões. Por outro lado, o *déficit* mensal médio é da ordem de US\$ 611 milhões, atingindo seu máximo em setembro de 1990, no valor de US\$ 967 milhões.

A tendência deficitária também aparece para o Brasil e para o Nordeste, sendo que neste a situação é mais grave, haja visto que, em nenhum momento do período analisado, existe poupança local suficiente para fornecer o *funding* necessário aos empréstimos. Esta situação reforça o papel da participação dos fundos públicos no fomento a atividade produtiva. De fato, esta afirmação é justificada pelo fato de que no ano de 1994 a relação entre Depósitos Totais e Operações de Crédito para o Brasil era de 0,875 para os bancos públicos, 1,214 para os bancos estrangeiros e de 1,3609 para os bancos privados nacionais (vide gráfico 13). No caso do Ceará e do Nordeste, essa análise fica prejudicada pela ausência de dados estatísticos confiáveis.

Gráfico 13 - Relação "Depósitos Totais/Operações de Crédito"
Brasil - 1991 - 1994



Fonte: Conjuntura Econômica e Gazeta Mercantil.

5. CONCLUSÕES

O perfeito funcionamento do mercado de crédito dependerá de uma adequada estrutura bancária no país. Em um cenário de estabilização de preços, como o que sendo implantado a partir do Plano Real, a atividade bancária volta-se para a intermediação bancária, ao contrário do que antes existia quando havia uma grande margem de lucro pela aplicação de recursos sem remuneração aplicados no mercado financeiro, o chamado “imposto inflacionário²”.

No Brasil o ganho inflacionário sempre foi uma importante fonte de receitas para os bancos. Em 1993, os 40 maiores bancos ganharam US\$ 9 bilhões com a inflação, representando 26% de sua rentabilidade total; já em 1994, representou 15,5%. No primeiro semestre deste ano, onde as taxas mensais de inflação permaneceram relativamente baixas, o ganho com o imposto inflacionário só representa 1,3% das receitas totais.

Para se adequarem à nova realidade os bancos estão promovendo ajustes, quer sejam via redução de despesas, que sejam através do redirecionamento de suas atividades para o mercado de crédito. A redução das despesas vem se processando através da redução

² O conceito de imposto inflacionário se baseia no princípio de que, “como os meios de pagamento não rendem juros nominais e os preços sobem continuamente, aquele que mantém moeda em seu poder comprará menos ao fim do período do que compraria no início. Tecnicamente, diz-se que ele pagou um juro real positivo sobre os meios de pagamento” (SIMONSEN, 1989:136). Uma parcela desse imposto é apropriada pelo próprio Governo e outra pelos bancos.

gradual do número de pessoas diretamente empregada³, prevalecendo a automatização e a terceirização. Mais recentemente temos observado fusões de instituições financeiras como mais uma forma de reestruturação do setor.

A reorientação das atividades para o mercado de crédito parece ser uma tendência natural a ser seguida pelo bancos brasileiros e, para tal, já começam a desenvolver mecanismos de base científica (através do uso de sofisticados recursos estatísticos) na concessão de empréstimos, tendo como objetivo reduzir os custos da inadimplência e tornar a oferta de crédito mais rápida possível.

No caso do Ceará, em particular, convém ressaltar que, pela própria estrutura do mercado que não fornece os recursos suficientes para o financiamento da atividade produtiva (conforme o gráfico 8, do capítulo anterior), a oferta do crédito talvez não se ajuste à sua demanda com muita rapidez, daí que a presença dos bancos públicos, ou de fundos públicos, seja vital para o perfeito funcionamento do sistema econômico local, principalmente para o investimento e o custeio da atividade agrícola e industrial, que por sua própria natureza, são de maior maturidade.

Outro aspecto que merece atenção é a grande capacidade de adaptação do mercado de crédito às restrições normativas frequentemente impostas pelo Banco Central do Brasil desde julho de 1994. O crescimento da atividade informal de crédito, ou a agiotagem, no

³ O setor bancário já reduziu cerca de 165 mil empregos, desde 1988, sendo 26 mil só no primeiro semestre desta ano.

estado do Ceará é um exemplo dessa capacidade de adaptação que, além de dificultar a condução da política econômica, é um mecanismo cruel de transferência de renda.

Por fim, devemos ressaltar que, com a globalização da economia, o mercado tende a criar novos mecanismos que aproximem os agentes deficitários dos superavitários. Como exemplo, podemos citar a securitização de negócios. Só no ano passado essas operações montaram em mais de US\$ 150 milhões para negócios de base imobiliária, a partir de recursos captados junto aos fundos de pensão.

Como o Ceará possui recursos naturais propícios ao turismo, é possível que futuros empreendimentos hoteleiros sejam financiados através da securitização. Outro ramo com capacidade de absorver esses financiamentos é o de exportação, inclusive com a oferta de recursos do estrangeiro. Entretanto, para o acesso de empresas cearenses a esses mecanismos são necessários ajustes em suas estruturas, como a profissionalização administrativa e adequação dos sistemas contábeis e de custos.

6. ANEXOS

Tabela 6: Depósitos e Operações de Crédito - Saldos Mensais
Brasil, Nordeste e Ceará - em US\$ bilhões

mês	Depósitos			Ops. Crédito		
	Brasil	Nordeste	Ceará	Brasil	Nordeste	Ceará
Jan-90	98,1379	6,7577	1,2653	91,1996	7,9741	1,5230
Fev-90	100,1327	6,6967	1,2529	83,3060	7,1550	1,3360
Mar-90	57,3148	4,0364	0,6487	99,3134	9,3183	1,5348
Abr-90	54,5471	3,8236	0,6023	106,7344	9,8575	1,5127
Mai-90	61,4156	4,5744	0,7752	104,1583	8,5804	1,3858
Jun-90	62,9315	4,6353	0,8951	116,3747	10,1820	1,6000
Jul-90	65,6239	4,9699	0,9436	109,7978	10,7369	1,6814
Ago-90	68,2184	5,0714	1,0815	114,9594	11,8132	1,8110
Set-90	67,1666	4,7620	0,8676	112,7228	11,5860	1,8343
Out-90	58,6347	4,1360	0,7368	98,2011	10,5335	1,6889
Nov-90	49,3076	3,4779	0,6391	91,3809	9,3096	1,4940
Dez-90	51,7739	3,7850	0,6612	93,1560	9,5321	1,3992
Jan-91	46,2802	3,2474	0,5800	87,1804	8,7868	1,3557
Fev-91	50,8110	3,9768	0,6506	92,0309	9,4853	1,4540
Mar-91	46,1915	3,8291	0,6649	92,8877	9,6387	1,5025
Abr-91	50,3937	4,1908	0,7055	90,8676	9,3507	1,4990
Mai-91	51,9029	3,7821	0,7553	92,5277	9,6167	1,5380
Jun-91	53,9567	4,2785	0,8788	100,6996	10,3520	1,5413
Jul-91	56,0034	4,7284	0,8750	99,2283	10,4393	1,6473
Ago-91	58,9437	4,4382	0,9403	98,1294	10,4123	1,6592
Set-91	57,7092	4,5342	0,9413	99,5311	10,7163	1,7787
Out-91	50,2246	3,6326	0,7615	87,3479	9,1358	1,4920
Nov-91	48,7822	3,6863	0,7016	85,2401	8,7579	1,4759
Dez-91	51,9923	4,0345	0,7355	93,0084	8,9461	1,3458
Jan-92	53,1248	3,8645	0,6898	98,6989	9,2025	1,5315
Fev-92	54,5271	4,4521	0,6816	98,2935	9,1710	1,5480
Mar-92	60,2422	4,4906	0,7042	100,8008	9,2619	1,5375
Abr-92	62,8856	4,9659	0,6965	98,7737	9,3936	1,4913
Mai-92	64,5053	4,8093	0,7868	98,6762	9,5855	1,5342
Jun-92	69,5163	5,4944	0,8549	110,9886	9,9321	1,5822
Jul-92	68,8210	5,4955	0,8821	109,2203	9,9633	1,6477
Ago-92	74,9430	5,6757	0,8634	107,3642	10,1944	1,6421
Set-92	74,9830	5,6806	0,8787	106,8879	10,1656	1,6240
Out-92	75,0184	6,1566	0,8417	108,9404	10,2255	1,6453
Nov-92	79,0746	6,5917	0,9323	109,8645	10,3697	1,7140
Dez-92	85,0667	6,6450	1,0701	116,0861	10,8448	1,7514
Jan-93	82,7834	6,3254	1,0836	118,5313	10,8304	1,7448
Fev-93	85,8207	7,0135	1,0731	118,1053	10,9808	1,8262
Mar-93	91,8195	6,6740	1,0410	118,1308	10,8039	1,8241
Abr-93	89,9471	6,3873	1,0255	114,0319	10,7094	1,8409

Mai-93	92,9052	6,7449	1,0781	119,0222	10,9627	1,9620
Jun-93	88,9633	6,6802	1,1084	126,7661	11,4279	1,8024
Jul-93	87,5676	6,7552	1,0917	125,2735	11,3890	1,8228
Ago-93	91,7632	6,6281	1,0811	126,3381	11,4109	1,8236
Set-93	91,8895	6,6684	1,1325	125,8412	11,2022	1,7645
Out-93	95,1113	6,7129	1,1316	127,6444	11,5278	1,8747
Nov-93	95,4922	7,1928	1,4468	127,6799	11,5997	2,0431
Dez-93	104,2597	7,1104	1,2172	132,6194	11,1811	1,6461
Jan-94	102,5289	7,0014	1,1816	137,7594	11,4033	1,6603
Fev-94	102,8306	7,5469	1,5539	139,2759	11,6550	2,0201
Mar-94	105,1722	6,7609	1,1833	131,8995	11,4801	1,7429
Abr-94	117,4525	6,8435	1,2408	133,1144	11,4772	1,6799
Mai-94	112,0857	7,4255	1,3233	137,1004	11,5130	1,7536
Jun-94	121,1160	7,1862	1,3771	137,2820	9,8588	1,3585
Jul-94	124,9930	8,6610	1,5097	149,7365	11,5967	1,6580
Ago-94	126,1793	9,0372	1,6175	163,1185	12,9766	1,9365
Set-94	142,8811	9,3998	1,6396	179,6600	14,5480	2,0796
Out-94	153,9942	9,8345	1,6848	185,8141	15,4741	2,2180
Nov-94	164,2087	9,8317	1,6845	192,5657	15,9997	2,2189
Dez-94	156,4391	10,5456	1,6927	152,5456	15,9489	2,2207
Jan-95	179,2727	13,1941	1,9518	167,6302	16,9213	2,4196
Fev-95	178,8764	12,6716	2,0874	172,1749	17,4930	2,3846
Mar-95	177,9141	11,0649	2,1405	172,4078	17,1927	2,4175
Abr-95	172,1874	10,6707	2,1704	175,0890	17,3830	2,4619
Mai-95	178,2584	10,6663	2,1227	179,8754	17,7564	2,4681
Jun-95	179,7470	12,4287	2,1635	171,8556	17,6612	2,4448
Jul-95	171,9903	11,1051	2,0711	171,7060	16,8245	2,1087
Ago-95	167,8190	8,3321	2,0744	163,5195	13,9545	2,0339
Set-95	169,2223	8,4241	2,0715	171,3998	14,3896	2,0731

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 7: Rede Bancária do Brasil, Nordeste e Ceará
Jan./90 a set./95 - em quantidade de agências

mês	Brasil	Nordeste	Ceará	NE/BR	CE/BR
Jan-90	16.627	2.988	360	17,97%	2,17%
Fev-90	16.656	2.994	359	17,98%	2,16%
Mar-90	16.719	3.003	363	17,96%	2,17%
Abr-90	16.702	2.934	363	17,57%	2,17%
Mai-90	16.743	2.947	365	17,60%	2,18%
Jun-90	16.709	2.953	366	17,67%	2,19%
Jul-90	16.685	2.943	366	17,64%	2,19%
Ago-90	16.636	2.898	367	17,42%	2,21%
Set-90	16.626	2.822	366	16,97%	2,20%
Out-90	16.675	2.830	364	16,97%	2,18%
Nov-90	16.706	2.836	365	16,98%	2,18%
Dez-90	16.725	2.840	365	16,98%	2,18%
Jan-91	16.715	2.844	366	17,01%	2,19%
Fev-91	16.727	2.849	366	17,03%	2,19%
Mar-91	16.723	2.874	372	17,19%	2,22%

Abr-91	16.826	2.891	374	17,18%	2,22%
Mai-91	16.858	2.892	374	17,16%	2,22%
Jun-91	16.870	2.895	372	17,16%	2,21%
Jul-91	16.884	2.898	372	17,16%	2,20%
Ago-91	16.875	2.898	372	17,17%	2,20%
Set-91	16.848	2.897	372	17,19%	2,21%
Out-91	16.718	2.791	368	16,69%	2,20%
Nov-91	16.735	2.813	368	16,81%	2,20%
Dez-91	16.700	2.811	369	16,83%	2,21%
Jan-92	16.742	2.817	370	16,83%	2,21%
Fev-92	16.769	2.820	371	16,82%	2,21%
Mar-92	16.803	2.827	372	16,82%	2,21%
Abr-92	16.837	2.832	374	16,82%	2,22%
Mai-92	16.860	2.832	374	16,80%	2,22%
Jun-92	16.885	2.832	375	16,77%	2,22%
Jul-92	16.917	2.840	377	16,79%	2,23%
Ago-92	16.948	2.845	377	16,79%	2,22%
Set-92	16.968	2.860	377	16,86%	2,22%
Out-92	16.972	2.858	378	16,84%	2,23%
Nov-92	16.992	2.862	378	16,84%	2,22%
Dez-92	16.996	2.860	380	16,83%	2,24%
Jan-93	16.957	2.856	380	16,84%	2,24%
Fev-93	16.951	2.858	381	16,86%	2,25%
Mar-93	16.959	2.859	382	16,86%	2,25%
Abr-93	16.943	2.856	383	16,86%	2,26%
Mai-93	16.939	2.851	384	16,83%	2,27%
Jun-93	16.969	2.852	385	16,81%	2,27%
Jul-93	16.954	2.845	385	16,78%	2,27%
Ago-93	16.971	2.844	386	16,76%	2,27%
Set-93	16.997	2.845	387	16,74%	2,28%
Out-93	17.024	2.844	387	16,71%	2,27%
Nov-93	17.039	2.844	388	16,69%	2,28%
Dez-93	17.052	2.843	387	16,67%	2,27%
Jan-94	17.102	2.847	387	16,65%	2,26%
Fev-94	17.117	2.848	387	16,64%	2,26%
Mar-94	17.178	2.862	388	16,66%	2,26%
Abr-94	17.153	2.847	389	16,60%	2,27%
Mai-94	17.161	2.846	390	16,58%	2,27%
Jun-94	17.165	2.842	390	16,56%	2,27%
Jul-94	17.170	2.843	390	16,56%	2,27%
Ago-94	17.178	2.845	387	16,56%	2,25%
Set-94	17.273	2.845	387	16,47%	2,24%
Out-94	17.268	2.837	386	16,43%	2,24%
Nov-94	17.268	2.834	386	16,41%	2,24%
Dez-94	17.296	2.834	386	16,39%	2,23%
Jan-95	17.306	2.831	386	16,36%	2,23%
Fev-95	17.269	2.805	374	16,24%	2,17%
Mar-95	17.213	2.796	373	16,24%	2,17%
Abr-95	17.212	2.799	380	16,26%	2,21%
Mai-95	17.197	2.793	378	16,24%	2,20%
Jun-95	17.207	2.794	379	16,24%	2,20%
Jul-95	17.129	2.760	378	16,11%	2,21%

Ago-95	17.142	2.756	378	16,08%	2,21%
Set-95	17.116	2.756	378	16,10%	2,21%

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 8: Composição Setorial do PIB Cearense
(em Participação Percentual)

Setores	1985	1990	1991	1992	1993	1994
Agropecuária	14,64%	9,69%	9,80%	8,63%	7,20%	8,50%
Indústria	26,83%	29,50%	30,12%	33,89%	36,40%	35,82%
Serviços	58,53%	60,81%	60,08%	57,48%	56,40%	55,68%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Iplance, in Balanço Anual Ceará da Gazeta Mercantil

Tabela 9: Operações de Crédito - Ceará - Posição Consolidada de Balanço
jun./90 a jun./95 - em US\$ milhões

Balanço em:	Crédito Rural	Outros Financ.	Total
Jun-90	85,732	1514,304	1600,036
Jun-91	83,910	1457,389	1541,299
Jun-92	99,683	1482,488	1582,171
Jun-93	110,891	1691,539	1802,430
Jun-94	129,538	1228,976	1358,514
Jun-95	233,831	2210,946	2444,778

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 10: Variação do Volume de Depósitos - Brasil, Nordeste e Ceará
Base: junho/90 = 100

Balanço em:	Brasil	Nordeste	Ceará
Jun-90	100,0	100,0	100,0
Jun-91	85,7	92,3	98,2
Jun-92	110,5	118,5	95,5
Jun-93	141,4	144,1	123,8
Jun-94	192,5	155,0	153,8
Jun-95	285,6	268,1	241,7

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 11: Variação Percentual do Número de Agências Bancárias Instaladas

Período	Brasil	Nordeste	Ceará
jan/dez 90	0,59%	-4,95%	1,39%
jan/dez 91	-0,09%	-1,16%	0,82%
jan/dez 92	1,52%	1,53%	2,70%
jan/dez 93	0,56%	-0,46%	1,84%
jan/dez 94	1,13%	-0,46%	-0,26%
jan/set 95	-1,10%	-2,65%	-2,07%

Fonte: Banco Central do Brasil

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR JÚNIOR, José S. *Os Impactos de Variáveis Financeiras Sobre o Lado Real da Economia: um Enfoque Regional*. Fortaleza, UFC/CAEN, 1991, Dissertação de Mestrado.
- ASSOCIAÇÃO Nacional das Instituições do Mercado Aberto. *Risco e Endividamento - Legislação Sumariada*. Rio de Janeiro/São Paulo, Andima, 1994.
- BANCO Central do Brasil. *Boletins e relatórios*. Brasília, BACEN, exemplares diversos.
- BANCO Central do Brasil. *Manual de Normas Contábeis para as Instituições Financeiras - COSIF*. Brasília, BACEN-Dinor, 1995.
- BANCO Central do Brasil. *Manual de Normas e Instruções*. Brasília, BACEN-Dinor, 1994.
- BANCO Central do Brasil. *Manual de Títulos e Valores Mobiliários*. Brasília, BACEN-Dinor, 1994.
- BRITO, Ney R. O. & LARRÉCHÉ, Jean-Claude. *O Planejamento Estratégico de Instituições Financeiras*. Rio de Janeiro, COPPEAD/UFRJ, 1983, Relatório de Pesquisa nº 51.
- BRITO, Ney R. O. *A Evolução Recente da Estrutura e Administração Financeira de Bancos Comerciais Brasileiros*. Rio de Janeiro, COPPEAD/UFRJ, 1981, Relatório de Pesquisa nº 25.
- BULHÕES, Myriam Silva de. *Duas Décadas de Crescimento e Modernização. Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, edição de junho de 1993.
- CONCEIÇÃO TAVARES, Maria da e FIORI, José Luís. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. São Paulo, ed. Paz e Terra, 1994.
- CONTADOR, Cláudio R. *O Funcionamento do Mercado Financeiro num Modelo de Três Ativos*. Rio de Janeiro, COPPEAD/UFRJ, 1981, Relatório Técnico nº 35.
- CONTADOR, Cláudio R. *O Papel do Mercado Financeiro no Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, COPPEAD/UFRJ, 1982, mimeo.
- DECOTELLI, Carlos Alberto. *Sistema Financeiro Internacional*. Brasília, Asbace, 1994.
- DORNBUSH, R. & FISHER, S. *Macroeconomia*. São Paulo, McGraw-Hill, 1982.

- DUFEY, Gunter. *Engenharia Financeira - Desenvolvendo Instrumentos e Tecnologia*. São Paulo, Grupo Catho, 1995.
- DUFEY, Gunter. *Estratégias Bancárias - Atendendo ao Mercado Empresarial*. São Paulo, Grupo Catho, 1995.
- FEDERAÇÃO Brasileira das Associações de Bancos. *Avaliação de Empresas para Concessão de Crédito*. Rio de Janeiro, Febraban, 1986.
- FERREIRA, Edésio F. *A Base Monetária no Brasil*. S.l., Federação Nacional de Bancos, s.d. (mimeo.).
- GAZETA Mercantil. *Balanço Anual 94/95*. São Paulo, Gazeta Mercantil, 1994.
- GAZETA Mercantil. *Balanço Anual Ceará 95/96*. São Paulo, Gazeta Mercantil, 1995.
- GAZETA Mercantil. *Relatório: Fundos de Pensão*. São Paulo, Gazeta Mercantil, 1994.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Recife, Editora Massangana, 1989.
- INSTITUTO Brasileiro de Economia. Ranking FGV de Bancos. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, edição de junho de 1995.
- JUCÁ, Afonso E. O. *O Setor Bancário Brasileiro: Evolução Institucional e Processo de Concentração*. Fortaleza, UFC/CAEN, 1994, Dissertação de Mestrado.
- MENEZES, Régio Rodney. *Opções de Financiamento para as Empresas: o Crédito Bancário e a Alternativa do Mercado de Debêntures*. Fortaleza, UFC/FEAAC, 1993, Monografia de Graduação.
- MOODY'S Investors Service. *Ranking System Outlook Brazil*. Nova Iorque, Moody's, 1995.
- MIEDZINSKI, João Cirilo. *Bancos Múltiplos: Manual de Gestão*. São Paulo, IBCB, 1992.
- OLIVEIRA, Clonilo M. S. et Alli. *Análise da Ação do Governo Federal Sobre a Economia do Nordeste - Balanço da Entrada e Saída de Recursos no Período 1980-85*. Fortaleza, BNB/Etene, 1990.
- SENNA, José Júlio. *O País do Overnight*. Rio de Janeiro, ABERJ, 1988.
- SHAPIRO, E. *Análise Macroeconômica*. São Paulo, Atlas, 1981.
- SIMONSEN, M. H. & R. P. CYSNE. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1989.

SANFORD JR., Charles S. Financial Markets In 2020. *Economic Review*, Kansas, edição do terceiro trimestre de 1994.

TEIXEIRA, Ermani e KLEIN, Benjamim. *Análise do Setor Monetário da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, COPPEAD/UFRJ, 1978.

VAN HORNE, J. C. *Funções e Análises das Taxas de Mercado de Capitais*. São Paulo, Ed. Atlas, 1972.

YOSHINO, Joe Akira et Alli. *Sistema Financeiro Nacional - Diagnóstico e Sugestões para Reforma*. São Paulo, FIPE, 1991.